



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação

Departamento de Administração

SOLANGE CAMARGO BERTUCCI

**ANÁLISE DOS BALANÇOS SOCIAIS DA CAIXA
ECONOMICA FEDERAL**

Brasília – DF

2010

SOLANGE CAMARGO BERTUCCI

**ANÁLISE DOS BALANÇOS SOCIAIS DA CAIXA
ECONOMICA FEDERAL**

Projeto de monografia apresentado ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração, na modalidade à distância, pela Universidade de Brasília (UnB).

Professor Tutor: Mariana Marlière Létti

Brasília – DF

2010

Bertucci, Solange Camargo.

Análise dos Balanços Sociais da CAIXA ECONOMICA FEDERAL / UNB. – Brasília, 2010.

63 f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração - EaD, 2010.

Orientadora: Prof. Msc. Mariana Marlière Létti, Departamento de Administração.

1. Sustentabilidade. 2. Análise Ambiental. 3. Crédito. I. Título.

RESUMO

A proposta deste trabalho é elaborar uma análise dos Balanços Sociais publicados pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL no período de 2003 a 2009, com o objetivo de avaliar as ações implantadas ou em andamento no banco, relacionadas à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. O trabalho buscou responder à seguinte questão: a CAIXA ECONOMICA FEDERAL tem de fato papel relevante em influenciar a sociedade, aqui representada pelo seu corpo funcional, quanto à eliminação de desperdícios nas atividades do dia-a-dia e, pelos seus clientes, especialmente os do segmento da construção civil, com relação à adoção de técnicas e materiais que diminuam os efeitos negativos ao meio ambiente? Foi adotada análise documental e questionário estruturado para entrevista.

Resgatando os objetivos de pesquisa verificou-se, após a análise dos Balanços Sociais e Relatórios de Sustentabilidade da CAIXA, que a empresa tem evoluído ano a ano na forma e no conteúdo de suas divulgações que demonstram as ações no âmbito da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável. Concluiu-se que há atuação efetiva da empresa, traduzida no grande número de projetos que conduz interna e externamente, já resultou em redução de desperdícios em seus processos internos de produção e surtirá ainda mais efeitos a médio e longo prazo com a maturidade de diversos projetos aqui detalhados que conduzem a mudança de postura das empresas e comunidades em relação ao meio ambiente.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Análise Ambiental. Crédito.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	6
1.2	OBJETIVO GERAL.....	7
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	7
1.4	JUSTIFICATIVA.....	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1	DOS MODELOS UTILIZADOS: ETHOS, IBASE e GRI.....	10
2.2	CONCESSÃO DE CRÉDITO x CONTRAPARTIDAS AMBIENTAIS.....	17
2.3	MARKETING X AÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	18
2.4	PRINCIPAIS ACORDOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	19
2.4.1	PORTFOLIO DE PRODUTOS CAIXA PARA O MEIO AMBIENTE.....	21
2.5	EMPRESAS FOCANDO QUESTÕES AMBIENTAIS.....	24
2.6	BALANÇOS SOCIAIS DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL.....	26
3	METODOLOGIAS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	36
3.1	CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO, SETOR E ÁREA.....	36
3.2	DEFINIÇÃO DE PESQUISA QUALITATIVA E QUANTITATIVA.....	38
3.3	CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	40
3.4	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	40
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	41
4.1	INTERVENÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO INTERNO.....	41
4.2	INTERVENÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO EXTERNO.....	47
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	53
	<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>58</u>
	<u>ANEXO I.....</u>	<u>61</u>

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é elaborar uma análise dos Balanços Sociais publicados pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL no período de 2003 a 2009, com o objetivo de avaliar as ações implantadas ou em andamento no banco, relacionadas à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

Em razão da condição de banco público e o principal agente de políticas econômicas do governo federal é de se esperar que aquela instituição financeira siga rigorosamente a legislação vigente acerca do tema e que seja signatária dos principais acordos nacionais e internacionais relativos ao assunto, fator que também será avaliado nesse trabalho.

O estudo deverá abordar as duas principais vertentes de atuação da CAIXA ECONOMICA FEDERAL no contexto da gestão ambiental, quais sejam, as ações de cunho interno à instituição que envolvam seu corpo funcional na busca de práticas que minimizem os impactos ambientais nas atividades do dia-a-dia e as ações voltadas a incentivar que clientes e fornecedores venham a adotar tais práticas.

Em função da forte atuação da CAIXA na oferta de crédito no Brasil, principalmente no segmento de crédito imobiliário, do qual é líder, detendo mais de 80% de mercado, serão observadas as ações com foco no segmento da construção civil, tendo em vista a larga experiência da instituição financeira e os impactos gerados ao meio ambiente pelo setor da construção.

Recentemente a CAIXA efetuou revisão em seus valores, missão e visão, que ficaram com as seguintes descrições:

“Valores: sustentabilidade econômica, financeira e socioambiental; valorização do ser humano; respeito à diversidade; transparência e ética com o cliente; reconhecimento e valorização das pessoas que fazem a CAIXA; eficiência e inovação nos serviços, produtos e processos.”

“Missão: Atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro.”

“Visão de Futuro: A CAIXA será referência mundial como banco público integrado, rentável, eficiente, ágil, com permanente capacidade de renovação e consolidará sua posição como o banco da maioria da população brasileira.”

A partir da observação de que a questão da sustentabilidade está fortemente presente na estratégia da instituição espera-se que haja coerência entre a teoria e a prática.

1.1 Formulação do problema

Ao final o trabalho deverá responder à seguinte questão: a CAIXA ECONOMICA FEDERAL tem de fato papel relevante na mudança de postura da sociedade, aqui representada pelo seu corpo funcional, quanto à eliminação de desperdícios nas atividades do dia-a-dia e, pelos seus clientes, especialmente os do segmento da construção civil, com relação à adoção de técnicas e materiais que diminuam os efeitos negativos ao meio ambiente? A resposta deverá ter como base indicadores mensuráveis, sempre que possível.

Portanto, para apresentar essa resposta ao longo deste trabalho serão analisadas as ações de cunho interno à instituição, ou seja, as promovidas diretamente por seu corpo funcional com relação à destinação dos materiais empregados na produção diária, aqui representada pela prestação de serviços bancários à população brasileira.

Para propiciar a análise quanto à influência da CAIXA ECONOMICA FEDERAL na mudança de comportamento nos clientes do segmento da construção civil será descrita a evolução do banco em relação à seleção e análise de projetos financiados pela Instituição e às ações para que adotem práticas sustentáveis.

1.2 Objetivo Geral

A proposta deste trabalho é **elaborar uma análise** dos Balanços Sociais publicados pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL no período de 2003 a 2009, buscando identificar, especificamente com relação às ações voltadas à preservação do meio ambiente e à sustentabilidade do planeta, avanços ou retrocessos, volume de ações efetivamente implantadas, volumes financeiros envolvidos e, principalmente, resultados práticos atingidos ao longo desse período no qual a empresa divulgou seus Balanços Sociais.

Em que pese haver profunda ligação do tema sustentabilidade com a dimensão social, o foco desta proposta é a análise voltada somente à dimensão ambiental.

1.3 Objetivos Específicos

São objetivos específicos deste trabalho: **observar** a evolução da adoção de práticas sustentáveis que encerrem em si meios de reduzir as agressões ao meio ambiente provocadas pelos processos desenvolvidos pela indústria da construção civil e sua cadeia de produtiva; **verificar** que modelos e indicadores a CAIXA ECONOMICA FEDERAL utiliza em seus Balanços Sociais; **analisar** as ações internas e externas implantadas pela empresa ao longo do tempo; **identificar** se é signatária de acordos nacionais e internacionais relativos à preservação do meio ambiente e à sustentabilidade, de modo a confirmar que há alinhamento entre o discurso a prática.

1.4 Justificativa

A relevância deste tema está diretamente vinculada à atuação do governo federal, por intermédio de sua empresa estatal, como principal motivador de práticas sustentáveis, que sejam capazes de reverter ou, pelo menos, descontinuar

agressões causadas ao meio ambiente por processos produtivos inadequados, além de incentivar a conscientização de empresas e da sociedade civil.

Esse papel inerente ao governo federal se tornaria possível por meio da forte atuação da CAIXA ECONOMICA FEDERAL na concessão de crédito para financiar o setor produtivo, principalmente nos segmentos de habitação e de infraestrutura, o que nos remete diretamente à indústria da construção civil e toda a sua cadeia de produção. Além da avaliação de risco voltada à análise da capacidade do tomador em retornar os valores que está recebendo sob financiamento, o momento da concessão de crédito se configura em excelente oportunidade para que seja também efetuada uma avaliação de uso de melhores práticas no empreendimento que se pretende edificar.

Por outro lado, o esforço para a conscientização da sociedade pode ser fator determinante para acelerar o processo de adaptação das empresas às melhores práticas em termos de produção sustentável, uma vez que, a partir das exigências de consumidores conscientes é possível mudar o pensamento empresarial.

A postura de clientes conscientes com relação à necessidade de preservação do meio ambiente fará com que as empresas se movimentem em busca de alternativas que lhes garantam permanecer no mercado. Esse movimento passa obrigatoriamente por investimentos em pesquisa para identificar novas tecnologias que permitam produzir mais com menos danos ambientais, quer seja por intermédio de reciclagem de matérias primas, com o uso da logística reversa, quer seja pela adoção de materiais sustentáveis ao invés de recursos esgotáveis, a exemplo da madeira de reflorestamento, entre outras possibilidades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Embora não haja dúvida acerca da profunda vinculação do termo sustentabilidade com a dimensão social, este trabalho se propõe a aprofundar a discussão particularmente em relação às ações voltadas à preservação do meio ambiente, embora na maioria das vezes não seja possível dissociar os benefícios sociais.

Até a apresentação de 2007 a CAIXA optou pela formatação dos dados em Balanços Sociais. A partir de 2008 a divulgação passa a ser denominada Relatório de Sustentabilidade.

2.1 Dos modelos utilizados: Ethos, IBASE e GRI

Os modelos atualmente disponíveis para orientar a elaboração dos Balanços Sociais das empresas são o do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e o do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, ambos no âmbito nacional e o GRI – Global Reporting Initiative, no âmbito internacional.

O modelo do Instituto Ethos é composto por indicadores de RSE que abordam os temas: valores, transparência e governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade e, finalmente, governo e sociedade. Com base nesses indicadores a empresa elabora auto avaliação e encaminha os dados para o Instituto, que providencia análise comparativa com outras empresas, retornando os resultados, no entanto, mantendo o sigilo acerca dos nomes das empresas envolvidas no estudo.

Além dessa sistemática o Ethos também disponibiliza o chamado autodiagnóstico setorial, permitindo que as empresas aprofundem a análise utilizando indicadores complementares, específicos para cada setor. O setor financeiro é um dos que já possuem indicadores definidos. O questionário foi elaborado para o setor financeiro em parceria com a FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos.

Recentemente a FEBRABAN formulou consulta pública em seu site sobre indicadores de sustentabilidade para instituições financeiras. O objetivo é colher insumos para finalizar a matriz de indicadores, o que demonstra intenção em substituir ou complementar o atual questionário do Instituto Ethos.

A proposta em discussão foi elaborada pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (GVces), com base em contribuições de representantes do Ministério do Meio Ambiente, de Organizações Não Governamentais (ONG) e dos bancos. O objetivo final do trabalho é oferecer aos bancos instrumento para análise de evolução das ações implementadas, considerando os compromissos assumidos no Protocolo Verde. Esse assunto voltará a ser abordado neste trabalho, no item sobre os acordos relativos ao meio ambiente assinados pela CAIXA.

Segundo Azevedo (2006) o modelo do IBASE é o mais simples e conciso e se restringe a uma tabela de indicadores. O modelo do Instituto Ethos é mais descritivo, abrangente e rico em indicadores, no entanto, permanece em estágio inicial se comparado ao GRI.

Até 2006 a CAIXA utilizava a metodologia do Instituto Ethos incluindo a tabela IBASE e, a partir da publicação de 2007, passa também a usar o modelo GRI. A adoção do GRI se deve à sua amplitude e possibilidade de comparabilidade mais abrangente, inclusive com a realidade de outros países.

De acordo com Azevedo (2006) existem modelos que apresentam indicadores para demonstrar as ações sociais e relativas à preservação do meio ambiente realizadas pelas empresas, no entanto, ainda não há um banco de dados armazenando indicadores para compor histórico, de modo que se possam mensurar as evoluções ao longo do tempo.

Essa afirmação é discutível já que nas pesquisas iniciais sobre os três principais modelos já foram verificadas referências quanto ao armazenamento de indicadores em bancos de dados para possibilitar análises históricas e comparativas. Exemplo dessa afirmação é o site do IBASE, no qual é possível ter acesso a todos

os indicadores apresentados pelas empresas. No caso específico da CAIXA, atualmente é possível obter informações dos períodos de 1996 a 1998 e de 2003 a 2007.

Segundo o estudo publicado pelo IBASE em 2008 com a análise de mais de mil balanços publicados entre 1997 e 2005, o universo de empresas que se utilizam desse modelo para suas publicações tem um total de receitas de aproximadamente R\$ 663 Bilhões e cerca de 1,7 Milhão de postos de trabalho.

O citado estudo compara tais números ao PIB brasileiro de 2007, que foi de R\$ 2,3 Trilhões e o número de assalariados no país que era de 32,5 Milhões, também de acordo com dados do IBGE. Observando tais números conclui-se que é significativo o número de empresas que publicam seus Balanços Sociais. Esse número torna-se ainda mais representativo quando se verifica que não contempla as micro e pequenas empresas, que são responsáveis pela maioria dos postos de emprego no Brasil. Portanto, esse universo engloba exclusivamente empresas de médio e grande porte.

O estudo do IBASE também observa que nos balanços publicados em 2002 aparece pela primeira vez o estabelecimento de metas para investimentos em meio ambiente pelas empresas.

O IBASE possui um banco de dados que armazena as informações dos Balanços Sociais das empresas que adotam esse modelo, reunindo até a data de publicação do estudo, 1288 balanços de 345 empresas, dentre as quais a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Representa informação importante no estudo a evolução no quantitativo de balanços registrados no período de 1997 a 2005. No primeiro ano foram apenas 9 Balanços Sociais. Em 2004 foi atingido o número máximo de 235 balanços. Ao final do período examinado, 2005, foram publicados 227 balanços utilizando o modelo IBASE.

Adotando o modelo IBASE a empresa deverá informar sete itens, quais sejam, base de cálculo, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional, informações importantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e outras informações.

O IBASE instituiu o Selo Balanço Social IBASE/Betinho, que se destina a certificar empresas que apresentem balanços completos e coerentes. Seu objetivo não é certificar ou avaliar se a empresa é socialmente responsável, mas confirmar que cumpriu todos os critérios do IBASE com relação a seu Balanço Social. Entre 2000 e 2007 houve grande variação quanto ao número de empresas que receberam o selo. O menor quantitativo foi no primeiro ano, apenas 8, verificando-se pico em 2005 com 63 selos. Em 2007 houve queda abrupta na concessão de selos, em razão de maior rigor nos critérios adotados, observando-se, inclusive, retirada de selos já concedidos frete a denúncias da sociedade civil.

Um comparativo entre os Indicadores Ambientais, item 4 da tabela IBASE será apresentado mais adiante, ao final do item que analisa dos Balanços Sociais e os Relatórios de Sustentabilidade da CAIXA.

A partir do Relatório de Sustentabilidade de 2007 a CAIXA passa a adotar, além do IBASE, também o modelo GRI. A *Global Reporting Initiative* – GRI é uma ONG sediada na Holanda. Possui apenas cerca de 30 colaboradores diretos, porém, é uma rede aberta que aceita propostas de melhoria, buscando conferir legitimidade ao processo. Para que sejam validos os relatórios devem ser registrados gratuitamente no site da GRI, o que permite àquela organização elaborar estatísticas.

Os níveis de desenvolvimento no modelo GRI são os seguintes: C (menos evoluído), C+, B, B+, A e A+ (mais evoluído). O nível C possui apenas 10 indicadores e não aborda questões relacionadas ao sistema de gestão da empresa. No nível B há 20 indicadores e é necessário descrever o sistema de gestão. Finalmente o nível A contempla as exigências do nível B além de agregar a questão da materialidade, que é o processo de trazer os *stakeholders* para participar do Relatório de Sustentabilidade, indicando os principais temas que devem ser

abordados. O símbolo “+” deve-se à certificação do relatório por auditoria independente.

Na figuras 1 e 2 a seguir estão os selos presentes nos balanços que utilizam a metodologia GRI e a descrição de seus níveis:



Imagem retirada do site da *Global Reporting Initiative*
Figura 1

Report Application Level		C	C+	B	B+	A	A+
Standard Disclosures	G2 Profile Disclosures	Report on: 1.1 2.1 - 2.10 3.1 - 3.8, 3.10 - 3.12 4.1 - 4.4, 4.14 - 4.15	Report Externally Assured	Report on all criteria listed for Level C, plus: 1.2 3.9, 3.13 4.5 - 4.13, 4.16 - 4.17	Report Externally Assured	Same as requirement for Level B	
	G3 Management Approach Disclosures	Not Required		Management Approach Disclosures for each Indicator Category		Management Approach Disclosures for each Indicator Category	
	G3 Performance Indicators & Sector Supplement Performance Indicators	Report on a minimum of 10 Performance Indicators, including at least one from each of: Economic, Social and Environmental.	Report Externally Assured	Report on a minimum of 20 Performance Indicators, at least one from each of: Economic, Environmental, Human rights, Labor, Society, Product Responsibility.	Report Externally Assured	Report on each core G3 and Sector Supplement* Indicator with due regard to the Materiality Principle by either: a) reporting on the Indicator or b) explaining the reason for its omission.	
						Report Externally Assured	

*Sector supplement in final version

Descrição dos níveis GRI retirada do site da *Global Reporting Initiative*
Figura 2

Os níveis declarados pela CAIXA a partir de 2007 serão discutidos um pouco mais à frente, no item que analisa dos Balanços Sociais e os Relatórios de Sustentabilidade da empresa.

Das 9 empresas que apresentaram Balanço Social no modelo GRI em 1999 nenhuma era da área de serviços financeiros. Em 2000 o número de empresas sobe para 43, dentre as quais 4 do setor financeiro. Em 2001 há um salto para 120 empresas, das quais 10 desse setor. Em 2002 são ao todo 138, no entanto, apenas 9 do setor financeiro. Em 2003 chega-se ao número de 166 empresas e 14 do ramo de serviços financeiros. Os números de 2004 são, respectivamente, 272 e 36.

Em 2005 o modelo GRI é utilizado por 370 empresas, das quais 63 do setor pesquisado. Em 2006 os números sobem para 507 e 91 de finanças, aumentando assim a proporção desse setor no total geral. Em 2007 são 684 empresas e 116 bancos. Em 2008 aparecem 1068 empresas no total sendo 164 do setor financeiro. No ano de 2009 o relatório GRI apresenta 1376 empresas, entre elas 186 do segmento de finanças.

Melo Neto e Froes (2001) apud Costa Filho (2002) comentam que se delineia o surgimento de um novo Estado que não o burocrático totalitário nem o do bem estar social e tampouco o Estado mínimo propalado pelos liberais, mas o Estado inserido no novo pacto social.

Esse novo cenário pode ser verificado no Brasil, a partir de 2003, com a posse do governo Lula quando houve uma visível mudança de foco no tratamento das questões sociais. Ao mesmo tempo em que se buscou manter a estabilidade econômica conquistada no governo anterior, a melhoria da qualidade de vida das classes mais pobres foi priorizada, quer por meio de programas sociais denominados eleitoreiros pela oposição, a exemplo do programa Fome Zero, quer por políticas públicas mais bem estruturadas, de melhoria na distribuição de renda a exemplo do Bolsa Família, dos programas de geração de emprego e renda e do financiamento estudantil. Esse novo foco tornou possível trazer as classes C e D para o consumo.

Buscando recompor a história dos Balanços Sociais, Torres (2001) apud Costa Filho (2002), informa que o marco do início da utilização do termo

responsabilidade social é de 1965, ano da publicação da “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas.

Após essa iniciativa, diversas outras ações ocorreram até a publicação, em 1997, do artigo “Empresa Pública e Cidadã” pelo sociólogo Herbert de Souza, que provocou forte movimentação na mídia que repercutiu nos meios empresariais, influenciando a publicação do primeiro Balanço Social no país, o da Nitrofertil, em 1984. No setor financeiro, o primeiro Balanço Social foi o do BANESPA, Banco do Estado de São Paulo, em 1992, fato que provocou ação da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos - de adoção da publicação “Balanço Social dos Bancos” a partir de 1993, certamente forte incentivador para que o setor iniciasse a divulgação dessas informações.

Nesse momento é possível obter no site da FEBRABAN os relatórios sociais do setor bancário de 2001 a 2008, construídos com base em questionários respondidos de forma opcional pelos bancos. Esses relatórios trazem dados das dimensões social, ambiental e econômica.

Embora no Brasil a publicação dos Balanços Sociais ou Relatórios de Sustentabilidade ainda seja uma iniciativa facultativa, na França, primeiro país a normatizar o uso de Balanços Sociais segundo Tinoco (2001) apud Costa Filho (2002), a obrigatoriedade de apresentação de Balanços Sociais data de 1977. A lei francesa obrigava que a apresentação fosse feita por todas as empresas com mais de 700 funcionários, quantitativo reajustado posteriormente para 300 funcionários.

Conforme Almeida (2002) apud Azevedo (2006) para ser considerada sustentável uma empresa deve sempre buscar a ecoeficiência em suas ações, produzindo mais com menos, ou seja, gastando menos recursos naturais e gerando menos poluição.

Outra discussão importante é a (do paradigma /da dialética) do lucro versus a sustentabilidade. Nesse sentido Cappellin e Giuliani (1999) apud Azevedo (2006) afirmam que apesar da orientação das empresas à racionalidade em busca do lucro

e com base no cálculo da rentabilidade é possível que elas sigam orientações diferenciadas e ainda assim atinjam seu objetivo.

2.2 Concessão de Crédito x Contrapartidas Ambientais

Segundo Ribeiro, Estrozi e Araujo (2004) a adoção da análise de risco ambiental por algumas instituições financeiras, além da preocupação com impactos ambientais, encerra também a intenção de preservar seus interesses, pois a análise dessas informações pode relevar a existência de passivos ambientais que comprometam a capacidade de pagamento.

A partir dessa visão, pode-se compreender como um incentivo às instituições financeiras a introdução da análise de risco ambiental, uma vez que confere mais segurança ao já existente processo de análise de risco de crédito, aumentando o nível de certeza quanto ao retorno do capital investido em determinada operação. Por outro lado, também o risco de ser acionada judicialmente no futuro como solidária em qualquer tipo de incidente ambiental fica reduzido.

A CAIXA efetua análise socioambiental de empresas para todos os financiamentos acima de 10 milhões, avaliando questionário sobre licenciamento ambiental da empresa, segurança, acidentes de trabalho, projetos de reciclagem e tratamento de efluentes. Esses dados sinalizam para a área de crédito que riscos essa empresa oferece. Isso se aplica às médias e grandes empresas.

Para micro e pequenas empresas e também para médias e grandes que tenham atividade poluidora (Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente 237) exige-se licença ambiental vigente para operação. A não apresentação resulta em recusa de aceitação como cliente da CAIXA para qualquer relacionamento, não apenas para o financiamento pretendido, que ensejou a avaliação. Essa prática passou a vigorar em Agosto de 2008 e, desde aquela data até junho de 2009, foram R\$ 11 bilhões em créditos concedidos já submetidos a análise socioambiental do proponente.

2.3 Marketing x Ações Sustentáveis

O uso das ações realizadas pela empresa como forma de marketing é uma decisão que deve ser tomada com muita consciência. De acordo com Rocha (2000) apud Costa Filho (2002) a ferramenta de marketing deve ser utilizada como vetor de mudança da sociedade, agregando valor para a empresa em consequência de sua atuação social, mas nunca buscando benefícios imediatos apenas para a empresa.

Nesse âmbito de discussão se buscou analisar os Relatórios de Sustentabilidade da CAIXA, verificando os resultados das ações executadas de modo a mensurar, ainda que de forma superficial, a relevância dessas ações para a sociedade e para o fortalecimento da imagem do banco.

De acordo com Costa Filho (2002), os bancos oficiais, entre os quais a CAIXA, parecem priorizar em seus Balanços Sociais a comprovação de cumprimento de seus objetivos institucionais, deixando de lado as ações de cunho social que realizaram, que não estejam relacionadas ao seu papel legal.

As significativas evoluções verificadas no conteúdo das publicações realizadas pela CAIXA nos últimos anos, aparentemente fazem com que tal afirmação não seja mais verdadeira atualmente, no entanto, fazia sentido anteriormente.

Outra observação importante de Costa Filho (2002) encontrada nas considerações finais de seu trabalho acerca dos Balanços Sociais dos bancos brasileiros é a de que os bancos, em razão de estarem presentes quase que em todos os municípios do país, podem exercer forte papel como indutores de mudança, tanto pelo exemplo como pela influência que podem exercer nas relações negociais.

Tal enfoque aplica-se claramente ao caso da CAIXA, que tem unidades em todos os municípios brasileiros, exercendo papel de destaque, nos programas de transferência de renda e nas operações de crédito, principalmente as destinadas a

construção de empreendimentos com finalidade habitacional ou de infraestrutura e saneamento.

2.4 Principais Acordos Nacionais e Internacionais

A CAIXA é signatária, entre outros, dos seguintes pactos relativos às melhores práticas ambientais e ao desenvolvimento sustentável:

- Pacto Global
- Protocolo Verde (1995)
- Novo Protocolo Verde (2008)
- Termo de Cooperação Técnica com IBAMA e MMA
- Business and Biodiversity Initiative – governo da Alemanha
- Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P
- Acordo de Cooperação CAIXA e Banco Mundial (BIRD) - MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e Créditos de Carbono
- Princípios do Equador

Com relação ao Protocolo Verde Ribeiro, Estrozi e Araujo (2004) informam que se tratou de iniciativa do governo em 1995, que reuniu os bancos públicos federais, entre eles a CAIXA, com o objetivo de incluir as questões ambientais no processo de deferimento de crédito. Por essa razão esses bancos tomaram maior contato e aprenderam quanto aos riscos ambientais no desenvolvimento de projetos.

Esse fator pode ter sido determinante para que atualmente a CAIXA se apresente com alto grau de engajamento nas questões, seja por meio das avaliações para concessão de crédito, seja por meio de projetos que tem como objetivo fomentar discussões, mudança de postura e ações efetivas de preservação ambiental pelas empresas que buscam crédito na instituição. Nesse sentido a análise dos Balanços Sociais e dos Relatórios de Sustentabilidade poderá confirmar esse engajamento.

O Protocolo Verde possui cinco princípios que buscam, em linhas gerais, incentivar os bancos a: oferecer linhas de financiamento que fomentem a qualidade

de vida e o uso sustentável do meio ambiente; considerar impactos e custos socioambientais na gestão de seus ativos e na análise de risco de projetos e promover interna e externamente o consumo consciente. Relatórios de progresso são apresentados pela CAIXA.

Em consulta pública que foi formulada pela FEBRABAN recentemente, com o objetivo de selecionar indicadores de sustentabilidade para acompanhamento das ações adotadas pelas instituições financeiras é informada a assinatura do Protocolo Verde pela FEBRABAN em 2009.

A título de comparação é importante observar que a CAIXA é signatária do Protocolo Verde desde 1995, assim como outros bancos federais, havendo renovado esse compromisso em 2008, portanto, anteriormente à adesão da FEBRABAN, o que evidencia que na instituição já havia a preocupação ambiental antes mesmo da adesão da Federação que congrega os bancos nacionais e que, em última análise, deveria atuar como indutora da adesão de seus associados.

O engajamento dos bancos federais ao Protocolo Verde antes da maioria dos bancos privados pode ter sido reflexo justamente dessa demora da FEBRABAN em assumir tal compromisso.

O Pacto global, assinado em Dezembro de 2003, traz entre os seus dez princípios três de natureza ambiental. Esses compromissos são monitorados por intermédio de relatórios de progresso elaborados pela CAIXA para a Secretaria Executiva do Pacto Global.

Os acordos em estágio de maturação mais avançada são o Pacto Global e o Protocolo Verde.

Para integrar o programa *Business and Biodiversity Initiative* a Alemanha buscou empresas líderes internacionalmente e entre instituições financeiras brasileiras identificou a CAIXA, pela ação relativa à madeira legal, que será descrita mais à diante. Por meio do acordo a CAIXA se comprometeu a considerar a

biodiversidade em suas decisões de crédito com a perspectiva de proteger e conservar a biodiversidade brasileira.

As medidas internas de consumo consciente e boa gestão de resíduos estão em alinhamento com a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), acordo assinado com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2008. Os objetivos do Programa de Redução de Gastos e Eliminação de Desperdício - PROGED que a CAIXA vem desenvolvendo desde 2003 estão em sintonia com o A3P.

O Acordo de Cooperação com o Banco Mundial repassa à CAIXA expertise na estruturação de projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo vinculados aos financiamentos de aterros sanitários e resíduos para prefeituras e governos estaduais. Com base nas orientações recebidas a CAIXA fornece assistência técnica aos proponentes quanto à captura e aproveitamento do gás metano gerado nesses aterros e os créditos de carbono serão oferecidos prioritariamente ao Banco Mundial, em contrapartida a essa cooperação, para os fundos internacionais que gerenciam envolvendo os países do anexo 1 do Protocolo de Kyoto.

A CAIXA foi a primeira instituição financeira da América Latina a aderir aos Princípios do Equador, conjunto de exigências socioambientais internacionais para a concessão de financiamentos a projetos de infraestrutura superiores a U\$ 10 milhões e deve, no prazo de um ano, implantar política interna para que a avaliação adote parâmetros de responsabilidade socioambiental.

Pelo exposto é possível afirmar que a instituição é signatária dos principais acordos nacionais e internacionais referentes ao desenvolvimento sustentável.

2.4.1 Portfólio de Produtos da CAIXA para o Meio Ambiente

Conforme se pôde observar no Protocolo Verde e na nova matriz que está sendo discutida no âmbito da FEBRABAN, constitui-se indicador de desenvolvimento o portfólio de produtos oferecidos pelos bancos que tenham

relação com a preservação do meio ambiente. Analisando os dados disponibilizados no site da CAIXA foi possível identificar diversos produtos, relacionados a seguir.

Carbono CAIXA – linha de financiamento para projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), no âmbito do Protocolo de Quioto, nos segmentos resíduos sólidos e energia. O MDL é o único mecanismo do Protocolo de Quioto que permite a participação de países em desenvolvimento, portanto, oportunidade de promoção do desenvolvimento sustentável, pela redução de emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Além dos financiamentos a CAIXA presta serviços de análise de viabilidade técnica para projetos, de estruturação da operação para a implantação do empreendimento e de comercialização dos créditos gerados, na forma de Reduções Certificadas de Emissão (RCE) e de fechamento de câmbio.

O produto tem como objetivos a redução dos impactos ambientais e sanitários relacionados à inadequada destinação de resíduos urbanos no país; reduzir a pobreza e melhorar a inclusão social de catadores; contribuir para a melhoria da regulamentação institucional e de gestão financeira do setor de resíduos; e contribuir para as soluções de geração e uso de energia limpa e sustentável no país.

De acordo com as informações obtidas, a CAIXA é a primeira instituição pública nacional a atuar nesse segmento, integrando, como Participante Vendedor, o *Carbon Partnership Facility* (CPF), programa do Banco Mundial, que proporciona arranjos financeiros que aproxima compradores e vendedores de carbono. Essas operações contribuem para a redução de gases de efeito estufa na atmosfera.

PRODES – Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – programa da Agência Nacional de Águas (ANA) com recursos do Orçamento Geral da União que, em linhas gerais, efetua pagamento pelo esgoto tratado a prestadores de serviço que investirem em estações de tratamento de esgoto em bacias hidrográficas com elevado grau de poluição de acordo com parâmetros da ANA. Para receber os investimentos desse programa foi criado o **Fundo de Investimento CAIXA Despoluição de Bacias Hidrográficas Renda Fixa Longo Prazo**.

Aquecedor de Água por Energia Solar – há linha de crédito imobiliário que permite a compra desses equipamentos para imóveis residenciais urbanos.

Kit Conversão para Gás Natural Veicular – há financiamento para aquisição de kit de conversão de motores, destinado a taxistas e empresas, com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

FIP CAIXA Ambiental – fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admitindo o resgate de cotas. O setor alvo é o de saneamento ambiental, geração de energia e projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).

CAIXA FI Ações ISE - Fundo de Investimento em Empresas Socialmente Responsáveis - Aplica seus recursos em ativos financeiros com rentabilidade compatível à variação do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), e permite ao investidor optar por investir em ações de empresas socialmente responsáveis.

Compensação Ambiental – trata-se de serviços de administração e controle da operação, aos empreendedores privados e públicos facilitando a execução das obrigações ambientais dos municípios e das empresas. A gestão dos recursos de compensação ambiental é oferecida pela CAIXA, por meio de parceria com o Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, auxiliando a execução das compensações ambientais exigidas em lei e fornecendo apoio à implantação e manutenção de Unidades de Conservação, nos casos de instalação de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental.

PROBIO II – Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade – executado pela CAIXA em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio). O objetivo é reduzir as perdas de biodiversidade. O papel da CAIXA é prestar serviços, mediante

formalização de convênios com os beneficiários públicos, para implantação dos projetos.

Corredores Ecológicos - áreas que contêm ecossistemas florestais biologicamente prioritários para a conservação da biodiversidade, compostos por conjuntos de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de interstícios. Sua função é propiciar proteção efetiva da natureza, reduzindo ou prevenindo a fragmentação das florestas por meio da interligação entre diferentes modalidades de áreas protegidas. A CAIXA presta serviços de apoio às estratégias de planejamento.

Ecoeficiência Empresarial - linha de crédito para financiar máquinas e equipamentos que reduzam emissões e resíduos e resultem em mais eficiência no uso de energia, água e matéria prima.

Observa-se atuação da CAIXA em sintonia com os acordos firmados, oferecendo produtos de crédito, investimento e prestação de serviços na área ambiental.

É importante ressaltar que para a construção desses produtos e, principalmente, para a prestação de serviços relacionados à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável é necessário treinar e manter quadro de empregados com conhecimentos específicos, que vão além daqueles exigidos para o desempenho das atividades bancárias tradicionais. A preocupação com a especialização foi observada nas ações constantes nos Balanços Sociais e Relatórios de Sustentabilidade.

2.5 Empresas focando as questões ambientais

Verifica-se um processo de conscientização das empresas, seja em função de pressões do próprio mercado, seja pela imposição de leis. Assim a dimensão ambiental passa a ser considerada nas decisões empresariais, em busca de aliar crescimento econômico com preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com Tachizawa e Pozo (2007) a idéia de que a responsabilidade das empresas se limitaria a doações e a outros tipos de atividades relacionadas às comunidades tornou-se ultrapassada pelo entendimento mais abrangente de que devem, ainda, preservar o meio ambiente e valorizar quem colabora com a empresa como parte integrante, além de proporcionarem qualidade de vida dentro da organização.

O exercício da responsabilidade socioambiental deve realizar-se de forma definitiva e permanente, posto que se trata de uma resposta natural das empresas a um novo padrão de cliente, mais preocupado com o meio ambiente e com ações ecologicamente corretas. Desse modo, para que conquiste bons negócios no futuro, a empresa deve adequar-se aos padrões de atuação ecologicamente responsável.

A adoção de ações voltadas ao meio ambiente não são motivadas apenas pela legislação vigente, mas também, e principalmente, para aprimorar a competitividade e qualidade dos produtos oferecidos, atender os consumidores que se preocupam com o meio ambiente, observar exigências da comunidade, atender a pressões de ONGs, e melhorar a imagem da empresa perante a sociedade. Essa é a conclusão a que chegam Tachizawa e Pozo (2007) em estudo realizado acerca da responsabilidade socioambiental no contexto brasileiro. Assim, não existe conflito entre desenvolvimento socioambiental e desenvolvimento econômico, pelo contrário, há uma convergência entre os dois aspectos.

Em outras palavras, desenvolvimento sustentável gera, sim, lucratividade, que pode ser compartilhada diretamente com colaboradores e acionistas da empresa, bem como com clientes, fornecedores e a comunidade, de maneira indireta.

Segundo Varela (2008) apesar de a literatura apontar para a tendência de menor uso dos instrumentos de controle e comando em detrimento aos incentivos de mercado, os resultados daqueles são visíveis quando inseridos em políticas bem aplicadas, em que pese certo engessamento nas ações dos gestores públicos envolvidos, por não lhes proporcionar opções de soluções de menores custos. Com relação aos incentivos de mercado, importantes principalmente em razão da

flexibilidade que propiciam aos agentes econômicos, esses instrumentos ainda não possuem histórico de resultados que permita garantir a efetividade de sua aplicação. Entre os incentivos o que apresenta resultados mais significativos é o de restituição de depósitos, usado na devolução de embalagens.

Varela (2008) conclui que, frente à complexidade do cenário relativo às questões ambientais, a maior chance de sucesso no alcance dos objetivos está na aplicação de pacotes de políticas que misturem elementos de regulação e instrumentos de mercado, fruto de negociação entre agentes econômicos e gestores governamentais.

As empresas não devem esperar pressões de seus clientes ou do mercado para a adoção de ações ambientais que preservem os recursos naturais do planeta, devem sim ter um papel proativo, iniciando ações imediatamente.

2.6 Balanços Sociais da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O primeiro balanço da empresa na gestão Lula foi apresentado em 2003. Anteriormente havia apresentado Balanços Sociais em 1996, 1997 e 1998 e, aparentemente descontinuado esse trabalho nos anos seguintes até a retomada em 2003. Em nenhum dos balanços publicados nos anos 90 havia valores para os indicadores ambientais.

Em 2003 o balanço apresentou nesse item apenas os investimentos em programas e projetos externos que a empresa faz por força de suas atividades delegadas pelo governo federal, ou seja, em investimentos relacionados com a operação da empresa não apresentou nenhuma informação. Assim os investimentos externos igualaram-se ao total de investimentos no ano que foi de R\$ 2,8 Milhões. Nesse ano a empresa declarou não possuir metas anuais para minimizar resíduos, consumo para sua operação e nem para aumentar a eficácia no uso de recursos naturais.

Sobre o ano de 2004 a CAIXA apresenta ação de criação do Comitê de Política Ambiental Corporativa para o desenvolvimento de estratégias e ações nesse

segmento, bem como, prestação de contas acerca das ações realizadas. Tal comitê é multissetorial, composto por 19 áreas da empresa, de caráter permanente e recebe capacitação do Ministério do Meio Ambiente.

Relata ainda uma série de iniciativas relacionadas ao gerenciamento ambiental, entre outras: capacitação de engenheiros do seu quadro em eficiência energética e uso racional de energia em edificações em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina com o objetivo de implantar núcleo regional de apoio técnico; patrocínio de curso para formação de agentes locais para implantação de coleta de lixo seletiva; reciclagem de papéis e cartuchos de impressoras; conscientização e redução do consumo de água; prêmio CAIXA/Instituto de Arquitetos do Brasil incentivando soluções tecnológicas de baixo custo para urbanização, saneamento e recuperação de áreas degradadas; acordo CAIXA e Ministério do Meio Ambiente para recuperação de áreas degradadas por contaminação e gestão integrada de resíduos sólidos e uso racional de recursos naturais; projeto sala verde com a criação de cinco salas em diferentes estados da federação com acervo bibliográfico sobre a temática ambiental; projeto nacional Lixo e Cidadania.

Nesse ano pela primeira vez aparece o indicador ambiental investimentos relacionados com a operação da empresa, no valor de R\$ 462 Mil e os investimentos com programas externos permanecem próximos de R\$ 2,8 Milhões. Com relação ao cumprimento de meta anual para redução de resíduos com a operação da empresa e aumento da eficiência no uso de recursos naturais surge uma gradação de 75 a 100%, também pela primeira vez, demonstrando evolução.

Acerca de 2005 se verifica significativa evolução nas ações e indicadores da CAIXA. Para o Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios – PROGED foi estabelecida meta de redução de R\$ 250 Milhões e no período a meta foi batida em quase 100% com a obtenção de redução da ordem de R\$ 494,5 Milhões. O projeto Ilhas de Impressão liberou 420 impressoras para doação a projetos de inclusão digital, cerca de 45% de todo o parque, reduzindo o uso de papel e *tonner* com uma economia de R\$ 20,4 Milhões. Outra ação significativa foi a cessão de terreno de sua propriedade, de 2.200.000 m² ao IBAMA.

Denominado Reserva de Alcobaça, abriga espécies da flora e fauna da mata atlântica e será transformado em Área de Preservação Ambiental.

Nesse ano novas posturas nas compras e relacionamento com fornecedores foram adotadas. Além do cumprimento da lei 8666/93 à qual toda a administração pública está sujeita, a CAIXA implementou requisitos que respeitam a responsabilidade ambiental, a exemplo da aquisição de cartuchos remanufaturados, envelopes de papel reciclado, exigência de apresentação de atestado de não uso de mão de obra infantil pelos fornecedores, etc.

Quanto aos indicadores ambientais da tabela IBASE, verifica-se aumento nos investimentos relacionados à operação da empresa, no valor de R\$ 751 Mil e redução nos investimentos com programas externos, que apresenta o valor de R\$ 400 Mil. Com relação ao cumprimento de meta anual para redução de resíduos com a operação da empresa e aumento da eficiência no uso de recursos naturais repete-se a gradação de 75 a 100%, idêntica ao ano anterior.

Em 2006, com o PROGED, a empresa reduziu R\$ 512 Milhões em despesas administrativas. Foi criado o Fundo de Investimento em Participações CAIXA Ambiental que busca oportunidades de investimento nos setores de saneamento e meio ambiente, manejo de resíduos para produção de energia, entre outros. Criou também o FIP Compensação Ambiental em parceria com o IBAMA voltado para atender empreendedores que precisam realizar compensação ambiental por força de normas de licenciamento de projetos.

Entre as ações internas destacaram-se a substituição dos sistemas de refrigeração de dois grandes edifícios administrativos por novo sistema inofensivo à camada de ozônio por ausência de cloro em sua fórmula. Ainda segundo o Relatório de 2006 a CAIXA fez a substituição de 8.800 m² de carpete contratando para tanto empresa associada à Fundação SOS Mata Atlântica cujo produto é fabricado com menos consumo de água e de energia e sem desperdício de matéria prima. Essa escolha viabilizou o plantio de 315 árvores pela empresa contratada.

Outras ações importantes foram a construção da primeira agência com sistema de reaproveitamento de água, a reciclagem de cartuchos realizada pelo fornecedor, dentro do conceito de logística reversa que rendeu R\$ 175.000,00 à ONG Moradia e Cidadania, constituída por empregados da CAIXA.

Nesse ano de 2006 os indicadores ambientais IBASE foram os seguintes: investimentos relacionados à operação da empresa, no valor de R\$ 2,7 Milhões, investimentos com programas externos chegou a R\$ 2,3 Milhões. Com relação a redução de resíduos com a operação da empresa e aumento da eficiência no uso de recursos naturais a CAIXA reduziu a meta em relação ao ano anterior, passando a ser 0 a 50%. Ao final do relatório foi incorporado parecer de auditoria independente, indicando não ter encontrado informações a modificar.

Relativamente ao ano de 2007 o Relatório revela estratégia de tratamento de questões ambientais por meio da concessão de crédito. Informa que a CAIXA foi responsável pela contratação de R\$ 15,7 bilhões em financiamentos para programas de saneamento e infraestrutura.

Em razão da relevância desses valores, a concessão de financiamentos apresenta-se como a principal atividade por meio da qual a CAIXA pode exercer influência ambiental, criando política de crédito sustentável, que analisa riscos ambientais associados aos projetos empresariais, antes de conceder o crédito. Essa ação tem como objetivo induzir parceiros de negócio para que observem regras de sustentabilidade.

Exemplo de ação em prol do crédito sustentável é a inserção de cláusula contratual exigindo que tomadores de crédito para construção de empreendimentos os arborizem. O alcance dessa medida pode ser identificado facilmente já que em 2007 a CAIXA contratou R\$ 21 Bilhões em operações relativas ao crédito habitacional. O esforço de tornar as cidades mais verdes contabilizou em 2007, apenas durante a semana do meio ambiente, o plantio de 3636 mudas de árvores em 60 empreendimentos habitacionais recém ocupados ou em fase de entrega, beneficiando 12.504 pessoas.

Antes da concessão o banco exige avaliação de risco ambiental e licenciamento ambiental para aquelas empresas cujas atividades sejam potencialmente poluidoras e consumidoras de recursos naturais. Em evento realizado em junho último para o lançamento do Relatório de Sustentabilidade de 2009, o vice-presidente de governo Jorge Hereda, informou que há histórico de projetos aprovados por órgãos municipais e estaduais, que não passaram pelo crivo da CAIXA, evidenciando que a análise realizada pela empresa é rigorosa.

Em seu Balanço Social de 2007 a CAIXA informa ações de conscientização dedicadas aos públicos externo e interno, que permitiram treinar quase 9.000 colaboradores em educação ambiental.

No relatório de 2007 os números do PROGED remontam a R\$ 500 Milhões em redução de custos e, conseqüentemente, conservação de recursos naturais. Há inúmeras ações internas descritas como realizadas nesse ano, envolvendo substituição de equipamentos, treinamentos, etc, que serão avaliadas mais profundamente em item específico sobre as ações adotadas no âmbito interno. Surgem também metas para o ano de 2008, como um compromisso assumido pela CAIXA antecipadamente.

Nos indicadores ambientais da tabela IBASE relativos à 2007, os investimentos relacionados à operação da empresa somaram R\$ 4,6 Milhões enquanto os investimentos com programas externos chegam a R\$ 3,2 Milhões, totalizando R\$ 7,8 milhões no ano. Quanto ao cumprimento de meta anual para redução de resíduos com a operação da empresa e aumento da eficiência no uso de recursos naturais há aumento em relação ao ano anterior, voltando ao patamar de 75 a 100%.

Nesse ano a CAIXA passa a adotar também o modelo GRI e de acordo com as informações publicadas e indicadores de desempenho apresentados no Relatório de Sustentabilidade a CAIXA se enquadrou no nível **C** da estrutura GRI.

No Relatório de Sustentabilidade de 2008 a CAIXA informa que as exigências relativas a licenciamentos ambientais antes restritas a alguns produtos passaram a

ser necessárias para todas as operações de crédito com pessoas jurídicas potencialmente poluidoras. Os volumes de crédito apresentados são de R\$ 8,7 Bilhões para infraestrutura e saneamento e R\$ 3,9 Milhões foram destinados a projetos e programas ambientais.

Quanto aos indicadores ambientais da tabela IBASE, os investimentos relacionados à operação da empresa somaram R\$ 2,3 Milhões enquanto os investimentos com programas externos apresentam o valor de R\$ 1,9 Milhões, totalizando R\$ 4,2 milhões no ano. Relativamente ao cumprimento de meta anual para redução de resíduos com a operação da empresa e aumento da eficiência no uso de recursos naturais há redução em relação ao ano anterior, já que para esse período informa não possuir meta definida.

No Relatório de 2008 a CAIXA incorpora avanços, a exemplo da verificação por auditoria independente de seu conteúdo, o que lhe permitiu atribuir o nível **C+** do GRI. Nesse ano ainda não foi possível basear o conteúdo do relatório em temas e abordagens identificados por seus *stakeholders*, apesar de já tê-los mapeado. Assim os assuntos foram selecionados de acordo com as contribuições das diversas áreas da empresa. No entanto, nessa edição o banco expressa intenção de estruturar tal processo para o ano seguinte.

O Relatório de Sustentabilidade de 2009 foi lançado no último mês de junho e durante o evento de divulgação houve lançamento de produto denominado Linha de Crédito Ecoeficiência Empresarial, para financiar máquinas e equipamentos que reduzam emissões e resíduos e resultem em mais eficiência no uso de energia, água e matéria prima.

Houve ainda o lançamento um guia de sustentabilidade ambiental contendo melhores práticas na construção civil para preservar o meio ambiente e os recursos naturais esgotáveis. Esse guia orienta na obtenção do Selo Casa Azul CAIXA, lançado no ano passado pelo banco e explicado em mais detalhes em item específico neste trabalho.

Nesse ano a CAIXA expressa no Relatório estar alinhada ao compromisso do Governo Federal de buscar o desenvolvimento sustentável. Entre outros fatores aponta a ampliação de produtos com esse foco e a elevação do rigor nas avaliações para liberação de crédito ao setor produtivo.

Em 2009 houve a adesão aos Princípios do Equador, conjunto de exigências socioambientais para o setor bancário internacional para a concessão de financiamentos a projetos. Segundo afirmado no Relatório é a primeira instituição financeira da América Latina a assiná-lo. A adesão envolveu o compromisso de, em um ano, implantar política interna para que a concessão a projetos de infraestrutura, superiores a U\$ 10 milhões, subordine-se a parâmetros de responsabilidade social e ambiental.

O documento resgata a Estratégia CAIXA para o Meio Ambiente, criada em 2008 com plano de ação a ser executado até 2010, que mobiliza todos os níveis hierárquicos e setores buscando o compromisso de alcance dos seguintes objetivos: dispor de portfólio de serviços ambientais, implementar as diretrizes socioambientais da nova política de crédito, ser o principal agente financeiro executor de políticas públicas para o meio ambiente, ser o principal agente indutor do desenvolvimento de cidades sustentáveis e, finalmente, desenvolver programa de gestão para a sustentabilidade ambiental.

Na prestação de contas do primeiro ano de implantação da Estratégia CAIXA para o Meio Ambiente os resultados citados são: implantação da ação Madeira Legal, lançamento do Selo Casa Azul CAIXA, inserção de critérios socioambientais na construção de novos prédios sede e novas agências, implementação da Agenda CAIXA para a Sustentabilidade atingindo 90% das equipes internas e realização de inventário de emissões de gases de efeito estufa para seis projetos do banco.

Em razão do alcance observado algumas dessas ações serão discutidas em itens específicos neste trabalho. Além delas será abordada a questão do financiamento aos sistemas de aquecimento solar (SAS), disponível desde 2009.

Em 2009 observam-se melhorias com relação ao conjunto de indicadores GRI e à exposição de estratégias de gestão nas dimensões econômicas, ambiental e social. Tais evoluções permitiram à CAIXA declarar seu Relatório de Sustentabilidade como nível **B+** do GRI.

Em que pese a empresa ter comunicado no ano anterior que esse relatório conteria o chamado teste de materialidade – procedimento de consulta formal aos *stakeholders* sobre os temas que deveriam integrar essa edição – ainda não foi possível contemplá-lo nesse ano. No entanto, para o relatório de 2009 a CAIXA realizou pesquisa eletrônica com alguns de seus públicos sobre a inclusão de alguns assuntos ligados à sustentabilidade, o que já representa evolução.

Houve sinalização do banco, durante o evento de lançamento do Relatório de 2009, que está trabalhando para obter o nível máximo, **A+**, em 2010.

A seguir é apresentada tabela consolidando os valores dos investimentos internos e externos realizados pela CAIXA, que integram os Balanços Sociais de 2003 a 2009, no item 4 do modelo IBASE (Indicadores Ambientais).

Âmbito	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	Valor R\$ (mil)						
Interno	ND	462	751	2705	4626	2318	172
Externo	2872	2863	400	2307	3215	1949	2090
Total	2872	3325	1151	5012	7841	4267	2262

Elaborada pela autora com base em dados dos Balanços Sociais
Tabela I

Observa-se que no período de 2003 a 2009 há bastante variação com relação aos investimentos internos e externos relacionados à gestão ambiental. Quanto aos investimentos internos em 2003 não há dados disponíveis, porém, a partir de 2004 observa-se forte crescimento, uma vez que os investimentos quase dobram em 2005 e praticamente quadruplicam em 2006 com relação ao ano anterior.

Em 2007 a curva continua crescente, apresentando 171% de aumento em relação a 2006. Em 2008 pela primeira vez se verifica redução no investimento, da ordem de aproximadamente 50% em relação ao ano anterior. O fato se repete em 2009, quando o volume de investimentos cai abruptamente, de R\$ 2318 Milhões para R\$ 172 Mil. A explicação sobre razão desse decréscimo não foi encontrada no relatório.

No que tange aos investimentos externos, verificam-se volumes constantes nos anos de 2003 e 2004, queda vertiginosa no valor de 2005, que é reduzido em torno de 86%. A partir de 2006 há significativo incremento no nível de investimento, aproximando-se dos patamares verificados em 2003 e 2004. No ano de 2007 observa-se o maior valor investido em todo o período em ações externas à organização, que atinge a casa de R\$ 3,2 milhões. Em 2008 o valor cai cerca de 40% e em 2009 permanece bastante próximo do volume investido no ano anterior.

Observa-se significativa melhoria nos Relatórios em termos de qualidade de apresentação, aumento do volume de ações e abrangência de temas ao longo do tempo.

A seguir é apresentado quadro resumo dos principais pontos publicados em cada um dos Balanços Sociais da CAIXA:

Quadro Resumo Balanços 2003 a 2009		
Ano	Principais Pontos	Comparativo em Relação Anterior
2003	Sem investimentos internos em meio ambiente nem metas para melhorar eficácia uso recursos naturais.	-
2004	Criação do Comitê de Política Ambiental; pela primeira vez apresenta indicador ambiental de investimento interno e meta para aumentar eficácia no uso de recursos naturais de 75 a 100%.	Evolução com relação às ações e ao estabelecimento de metas IBASE.
2005	Evolução nas ações e indicadores; aumento investimento interno; meta eficácia mantida.	Evolução com relação às ações.
2006	Criação dos Fundos de Investimento CAIXA Ambiental e FIP Compensação Ambiental; substituição sistemas de refrigeração de 2 edifícios e construção primeira agência verde; meta eficácia entre 0 e 50%.	Evolução com relação às ações e involução quanto ao estabelecimento de metas IBASE.
2007	Apresenta meta para o próximo ano; treinamento de quase 9000 colaboradores em educação ambiental; meta anual de redução de resíduos e aumento eficácia uso recursos volta à faixa de 75 a 100%; adota GRI e recebe graduação C .	Evolução com relação às ações, ao estabelecimento de metas IBASE e à adoção do modelo GRI.
2008	Licenciamento ambiental passa a ser exigido para TODAS as operações envolvendo PJ potencialmente poluidoras; não apresenta meta para redução resíduos e eficácia uso recursos naturais; balanço verificado por auditoria independente; graduação GRI C+ .	Evolução com relação às ações, involução quanto ao estabelecimento de metas IBASE e melhora nível GRI.
2009	Aumento rigor liberação de crédito ao setor produtivo; adesão ao Princípio do Equador; implantação progrma Madeira Legal; lançamento Selo Casa Azul CAIXA; implantação Agenda CAIXA para a Sustentabilidade; disponibilização financiamento para sistemas de aquecimento solar; alcançou nível GRI B+ .	Evolução significativa com relação às ações, involução quanto ao estabelecimento de metas IBASE e melhoria no nível GRI.

Elaborado pela autora

Quadro I

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Caracterização da organização, setor ou área

A CAIXA é atualmente a principal instituição financeira agente das políticas públicas do Governo Federal, presente em todos os municípios do Brasil e com representações internacionais nos EUA, Japão e Venezuela.

Empresa 100% pública, além de atender aos seus clientes do segmento bancário, é responsável por prestar atendimento a todos os trabalhadores formais do país, por meio do pagamento de FGTS, PIS e Seguro-Desemprego. É também o principal agente de bancarização da população menos assistida, operacionalizando o pagamento de benefícios dos programas sociais e oferecendo a esse público, serviços de conta corrente e linhas de crédito apropriadas ao seu perfil.

Além das operações voltadas aos clientes Pessoa Física, a CAIXA exerce importante papel na promoção do desenvolvimento urbano, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população, por meio de financiamento aos Estados, Municípios e à iniciativa privada nos setores de saneamento básico e infra-estrutura, o que inclui obras como as do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – financiando a construção de estradas, a geração de energia, a exemplo de diversas PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas e a Centrais Eólicas, entre outras obras.

Outro segmento de importante atuação da CAIXA é o de crédito imobiliário, no qual é líder de mercado, detendo mais de 80% de todos os financiamentos habitacionais do país. Nesse setor, é responsável tanto pelo financiamento às empresas de construção civil viabilizando novos empreendimentos quanto aos usuários finais que, por meio de acesso ao crédito podem ter acesso à casa própria. Em função dessa liderança de mercado e dos volumes significativos de obras viabilizadas pela CAIXA, esse é um foco fundamental de atuação em relação a ações que busquem práticas mais sustentáveis.

A atuação da CAIXA também se estende às Loterias Federais, com destinação de percentuais dos recursos arrecadados com jogos para o desenvolvimento social, contemplando diversos setores como o de crédito estudantil, a seguridade social, os esportes, entre outros.

A CAIXA conta atualmente com cerca de 82.000 empregados e tem como concorrentes no mercado os bancos de primeira linha, públicos e privados, ocupando atualmente o 4º lugar no ranking dos maiores bancos em volume de ativos financeiros, após o Banco do Brasil, Itaú/Unibanco e Bradesco.

As atividades da CAIXA não são causadoras diretas de impactos ambientais, no entanto, a concessão de financiamentos sem a observância da legislação ambiental, ou seja, sem a exigência de comprovação das empresas tomadoras de crédito de que todas as etapas do licenciamento ambiental foram seguidas, pode torná-la co-responsável por agressões ao meio ambiente e às populações da região de implantação do empreendimento.

Embora as atividades relacionadas ao setor financeiro não gerem emissões nocivas ao meio ambiente a exemplo de gases poluidores gerados pela produção industrial, há que se compreender que o descarte dos insumos utilizados em seus processos pode causar impactos, considerando os seus volumes. Por essa razão é imprescindível a preocupação com as formas de tratar o lixo gerado pelos bancos, que são tipicamente constituídos por: papel, *tonner*, cartuchos e equipamentos obsoletos.

Por intermédio de pesquisa na internet e entrevista realizada com gestor de meio ambiente da CAIXA identificou-se a existência de diversas práticas de cunho socioambiental desenvolvidas pela instituição. A seguir foram relacionadas apenas as voltadas ao meio ambiente, diretamente relacionadas à construção civil e à mudança de hábitos do público interno, conforme segue:

Construção Civil

- Selo Casa Azul

- Sistemas de Aquecimento Solar - SAS
- Resíduos da Construção Civil
- Ação Madeira Legal
- Avaliação Ambiental de Terrenos com Potencial de Contaminação

Público Interno

- Agenda CAIXA para a Sustentabilidade
- PROGED – Programa de Redução de Gastos e Eliminação do Desperdício.

Essas ações serão analisadas mais pormenorizadamente, visto terem sido identificadas como as de maior resultado no sob o aspecto de preservação do meio ambiente e produção sustentável.

3.2 Definição de Pesquisas Qualitativa

Para Matias-Pereira (2006) a pesquisa aplicada, diferentemente da pesquisa básica - que não busca aplicação prática direta e envolve interesses universais - tem objetivo de gerar conhecimento para uso prático, ou seja, aplicável à solução de problemas específicos, além de envolver interesses locais. Desse modo a proposta deste trabalho enquadra-se em pesquisa aplicada.

O uso conjugado de técnicas de pesquisa qualitativas e quantitativas torna o trabalho mais consistente e reduz os prejuízos à visão geral impostos pelo uso de cada um deles isoladamente, de acordo com Neves (1996).

Por essa razão a opção inicial era adotar neste trabalho formas de abordagem baseadas em pesquisa quantitativa e qualitativa. No entanto, uma vez definida a pergunta de pesquisa e após analisados os Balanços Sócios e Relatórios de Sustentabilidade publicados pela CAIXA entre 2003 e 2009, foi identificada dificuldade para apresentar estudo quantitativo, pois não havia dados suficientes que permitissem análises estatísticas com a montagem de séries históricas, por exemplo.

Tampouco havia sentido em elaborar pesquisa qualitativa por meio de elaboração de questionário com objetivo de atingir diversos entrevistados, já que o cerne da questão não era identificar se os indivíduos conheciam as ações da instituição, mas sim confirmar que existiam e que estavam em evolução.

Pelo exposto optou-se por utilizar dados coletados na entrevista com o gerente nacional da área de meio ambiente, realizada em 2009 e compará-las com o que foi encontrado nos balanços sociais. Para apoiar as conclusões fez-se necessário ainda buscar informações nas áreas de avaliação de desempenho e de habitação, de modo a compreender e confirmar alguns dados publicados.

Segundo Godoy (1995) a abordagem qualitativa, por não se apresentar como proposta rigidamente estruturada permite o uso da criatividade, o que pode levar os investigadores a exploração de novos enfoques. De acordo com a autora são três os tipos de pesquisa qualitativa: a documental, o estudo de caso e a etnográfica. Sob esse enfoque identifica-se neste trabalho, para a pesquisa qualitativa o uso da modalidade documental.

Concluída a análise dos Balanços Sociais e Relatórios de Sustentabilidade divulgados pela CAIXA, a verificação de seu alinhamento com o material obtido na entrevista com o gerente de gestão do meio ambiente daquela empresa buscou compreender as características e especificidades de iniciativas e projetos nesse segmento. Adicionalmente, serviram como insumos materiais obtidos e anotações feitas durante o lançamento do Relatório de Sustentabilidade de 2009, evento que contou com palestras de acadêmicos, representantes de organização formuladora de modelos para elaboração de Balanços Sociais (GRI) e membros do governo federal ligados ao meio ambiente.

3.3 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Foi utilizado para a coleta de dados sobre a CAIXA um questionário (anexo I) que balizou a entrevista presencial. O questionário abordou, em linhas gerais, os seguintes assuntos: 1) a inserção das atividades relacionadas à Gestão Ambiental e

Desenvolvimento Sustentável na estrutura organizacional da CAIXA; 2) os compromissos assumidos, por meio de pactos e acordos nacionais e internacionais e as diretrizes da empresa para o efetivo cumprimento desses compromissos; 3) os projetos vinculados ao tema e seu nível de maturidade; 4) como é feito o acompanhamento e controle da efetividade dessas ações; 5) quais os maiores desafios enfrentados para a adoção das melhores práticas ambientais.

3.4 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Depois de elaborado o questionário (anexo III) com base na leitura de material disponibilizado na internet e intranet da CAIXA foi marcada entrevista com o Gerente Nacional da área de Meio Ambiente, Sr Jean Benevides. A visita ocorreu no dia 23/06/09, no prédio da Matriz da CAIXA, 11º andar. O questionário havia sido encaminhado com antecedência e a entrevista foi gravada, mediante a autorização do entrevistado.

Além da entrevista e dos Balanços Sociais para complementar a pesquisa foi necessário coletar dados adicionais na área de Meio Ambiente e na área de Habitação da CAIXA, já que os Balanços não se mostraram suficientes no que se refere aos quantitativos de financiamentos no setor da construção civil para empreendimentos que possuem características de sustentabilidade. Também houve necessidade de solicitar à área de Monitoramento e Avaliação de Resultados, dados relativos ao PROGED - Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise do material obtido nas pesquisas documentais e das reflexões proporcionadas pelo diálogo durante a entrevista, os resultados serão discutidos inicialmente em duas vertentes, quais sejam: intervenções realizadas no âmbito interno e intervenções realizadas no âmbito externo. Para tanto serão resgatadas informações tratadas no referencial teórico e descritas na análise dos Balanços Sociais e Relatórios de Sustentabilidade, no entanto, mais detalhadas.

No âmbito interno serão apresentados os resultados do PROGED – Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios e o estágio de implantação da Agenda CAIXA para a Sustentabilidade. Esses dois temas demonstram a evolução da empresa em relação aos ajustes em seu processo produtivo, tendo em vista reduzir consumo de recursos naturais e emissões ou contaminações provocadas pelo descarte de materiais. Além disso, será discutida importância do patrocínio da alta gestão para a inserção da instituição no contexto da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Acerca das ações externas, em que pese o grande volume de projetos identificados em função da abrangência de atuação da CAIXA, serão apresentados os resultados das principais ações relacionadas à concessão de crédito e à construção civil. Para tanto serão discutidos o processo de concessão e as ações que buscam induzir os clientes do segmento da construção a uma alteração de procedimentos, com vistas à redução de impactos ao meio ambiente, analogamente ao que se procurou observar com âmbito interno.

4.1 Intervenções Realizadas no Âmbito Interno

Dentre as diversas ações internas à instituição que constam nos Balanços Sociais e que foram discutidas durante a entrevista, foram selecionadas duas, por serem bastante representativas. A primeira selecionada é o Programa de

Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios e a segunda a Agenda CAIXA para a Sustentabilidade.

4.1.1 PROGED

O PROGED – Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios, iniciado em 2003, foi identificado como o principal programa da empresa com relação às ações voltadas para a sustentabilidade no âmbito interno. O objetivo maior do programa é promover a máxima eficiência na utilização dos recursos geridos pela CAIXA com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Durante o período de 2003 a 2009 o programa contabilizou resultados positivos para a empresa da ordem de R\$ 3,5 Bilhões. Embora os números sejam significativos, o objetivo do PROGED não se restringe ao aspecto econômico-financeiro, atuando fortemente no âmbito socioambiental. As ações do programa envolvem considerar sugestões de empregados, realizar campanhas internas, estabelecer parcerias com as diversas áreas da empresa, premiar as melhores práticas e resultados por meio de entrega de certificação, entre outras.

Buscando soluções diferenciadas e inovadoras o programa possui dois focos bastante claros. O primeiro voltado ao trabalho de todas as áreas no que se refere à renegociação de contratos com fornecedores (mais de 6000), ações e processos com o objetivo de reduzir custos. O segundo foco trata a mudança de hábitos dos colaboradores com relação aos gastos, a exemplo de energia elétrica, água, papel, separação do lixo, etc.

Se o primeiro foco tem resultados mais imediatos em termos de retorno financeiro o segundo demonstra resultados mais sustentáveis e crescentes ao longo do tempo, pois envolve mudança de cultura, processo que pode demorar décadas. No entanto, verificou-se que o PROGED fomenta mudanças inclusive fora do âmbito da empresa, já que as lições aprendidas no ambiente de trabalho são levadas para a casa dos colaboradores, refletindo, portanto, na sociedade.

Para o ano de 2010 foi definida pelo PROGED a meta de redução de R\$ 350 Milhões em projetos relativos à economia de energia, água, impressão, passagens aéreas, materiais de consumo, coleta seletiva, entre diversos outros. A diminuição de gastos com passagens aéreas além do aspecto econômico tem outros reflexos, por exemplo, a redução de queima de combustível de aviões e a melhora da qualidade de vida dos empregados, evitando deslocamentos que seriam imprescindíveis caso a empresa não tivesse disponibilizado salas de videoconferência que permitem reuniões interativas entre diversas localidades do país sem movimentação dos colaboradores. Em uma empresa com cerca de 82.000 empregados esses volumes passam a ser significativos.

Entre os números do PROGED são apresentadas projeções de economia, tomando por base o ano de 2008, no qual foram realizadas 2995 videoconferências. Estimando-se em média o destacamento de 2 empregados e considerando um total de R\$ 2000,00 com passagens aéreas por reunião chega-se a redução de despesas da ordem de R\$ 5, 9 milhões. Além disso, 8 milhões de milhas não voadas evitaram a geração de 1295 toneladas de dióxido de carbono que, para serem neutralizadas necessitariam do plantio de mais de 4000 árvores, segundo dados de estudo fornecidos pela CAIXA.

Uma das ações mais significativas do programa, que agregou redução de gastos e conscientização dos empregados quanto ao uso racional de recursos foi a implantação das ilhas de impressão. Anteriormente havia uma impressora para cada 5 empregados e atualmente a proporção é de uma para cada 30 colaboradores. A medida fez com que impressoras fossem doadas para instituições que promovem a inclusão digital da parcela da sociedade que ainda não possui acesso ao mundo informatizado, além de reduziu o consumo de papel, *tonner* e tinta, o que beneficia o meio ambiente.

O fornecimento de diversos tipos de extrato aos clientes por meio de canais eletrônicos, a exemplo do envio de extrato do FGTS para o celular, também representa ação que preserva a natureza, na medida em que reduz significativamente o uso de papel.

A seguir alguns exemplos de projetos que geraram redução de despesas e, principalmente, redução de emissões nocivas ao meio ambiente.

Chaves de Transferência de Transição Fechada de Sistemas de Geração a Diesel – evita que sejam acionados os bancos de baterias dos *no-breaks*, diminuindo a utilização do chumbo que compõem as baterias e aumentando a vida útil do sistema. A racionalização do uso do chumbo, metal pesado que agride a natureza e que possui reservas escassas, chega a 5 toneladas anuais.

Etiquetagem de Eficiência Energética – ação de caráter inovador adotada pela CAIXA desde a criação do regulamento em conjunto com o PROCEL, o INMETRO, a UFSC e outras instituições buscando o conforto ambiental e a economia de recursos naturais. O projeto da Agência Jardim das Américas venceu o 4º Prêmio Brasil de Meio Ambiente na categoria Eficiência Energética e o 1º Prêmio de Melhores Práticas da A3P, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente. Esse projeto proporcionou economia anual de água de 76.500 litros, redução de energia da ordem de 64 MWh e evitou a geração 3,2 toneladas de gases de efeito estufa.

Além dos números apresentados nos Balanços Sociais, foram obtidos dados anuais relativos ao PROGED, com a Gerência Nacional de Avaliação de Desempenho – GEDEM, conforme a tabela a seguir:

Ano	Meta Inicial	Economia Alcançada	Percentual de Superação
2003	R\$ 200.000.000,00	R\$ 284.093.102,81	42,05%
2004	R\$ 350.000.000,00	R\$ 454.826.848,93	29,95%
2005	R\$ 250.000.000,00	R\$ 494.552.255,37	97,82%
2006	R\$ 200.000.000,00	R\$ 512.987.901,63	156,49%
2007	R\$ 250.000.000,00	R\$ 613.669.077,66	145,47%
2008	R\$ 300.000.000,00	R\$ 481.864.797,88	60,62%
2009	R\$ 350.000.000,00	R\$ 830.989.106,23	137,42%
Total	R\$ 1.900.000.000,00	R\$ 3.672.983.090,51	93,31%

Elaborada pela autora com base em dados fornecidos pela CAIXA
Tabela II

É possível observar que, embora as metas anuais tenham sido bastante ousadas, foram superadas em todos os anos, com índices que variaram de 29,9% a pouco mais de 156% em 2006. Verifica-se ainda que as metas sempre foram crescentes ano após ano, com exceção apenas em 2005 e 2006.

4.1.2 Agenda CAIXA para a Sustentabilidade

A Agenda CAIXA para a Sustentabilidade – é a segunda ação interna selecionada para discussão, em razão de seu cunho transformador, na medida em que incentiva a interiorização dos valores ligados à responsabilidade social empresarial e ao desenvolvimento sustentável no dia-a-dia de trabalho. A ação foi idealizada em 2008 para que fosse executada a partir de janeiro de 2009 e envolve todas as 3250 unidades da empresa. Consiste de três etapas: adesão, diagnóstico e elaboração de plano de trabalho.

Para a consecução dessa ação há campanha interna esclarecendo gestores e empregados sobre os objetivos e a forma de operacionalização, que é apoiada por sistema de informação computadorizado. Assim os gestores são sensibilizados para realizar reuniões explicativas com o apoio de material previamente disponibilizado pelo sistema. O primeiro passo é a conscientização e a adesão, que consiste em registrar no sistema o comprometimento da unidade com as etapas da Agenda CAIXA para a Sustentabilidade.

A próxima etapa é o trabalho em equipe para identificar os pontos fortes e as oportunidades nos processos, produtos e serviços da unidade de modo a desenvolver mudanças sob as perspectivas da sustentabilidade de da responsabilidade corporativa. Essa é a etapa denominada diagnóstico, que é baseada em onze indicadores para reflexão sobre o estágio da unidade, equipe e região.

A etapa seguinte é a elaboração do plano de ação, no qual a unidade se propõem com formas e prazos para implementar as mudanças. A Agenda CAIXA para a Sustentabilidade é viabilizada por solução tecnológica que propicia desde o

registro da adesão, dicas, cartilha, apresentações, vídeos, compartilhamento de ações entre unidades. É considerado um dos projetos mais relevantes sob o ponto de vista interno.

O indicador de sucesso dessa ação é a comparação entre a meta estipulada e os números atingidos. A meta era obter 40% de adesão até dezembro de 2009, no entanto, naquela data mais de 91% das unidades já haviam feito a adesão. Esse percentual demonstra a disposição dos empregados em desenvolver discussões internas e propor mudanças paralelamente às suas atividades diárias. Portanto, em dezembro de 2009, 2982 unidades já haviam feito a adesão, dessas 1965 haviam finalizado a etapa de diagnóstico, das quais, 1013 já haviam elaborado seus planos de trabalho.

4.1.3 Patrocínio da Alta Administração

A demonstração da importância e da preocupação da CAIXA com a Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável data de 2007 quando o banco revisou sua estrutura organizacional. Os temas sustentabilidade e responsabilidade social empresarial foram pilares para a construção do novo modelo de gestão, refletindo na própria estrutura organizacional.

Nesse processo foi criada, dentro da Vice-Presidência de Pessoas, a Superintendência Nacional de Responsabilidade Social Empresarial e, subordinada a ela a Gerência Nacional de Responsabilidade Social Empresarial - GERSE na perspectiva de que o tema deve ser fortalecido entre os empregados para repercutir externamente. A GERSE monitora as políticas da empresa acerca da responsabilidade social empresarial, que inclui a questão ambiental, e é responsável por ações educativas.

Na Vice-Presidência de Governo foram criadas a Superintendência Nacional de Desenvolvimento Sustentável - SUDES e, vinculada a ela, a Gerência Nacional de Meio Ambiente – GEMEA que trabalha como braço da responsabilidade social empresarial da qual o meio ambiente é uma das dimensões. A questão do meio

ambiente ficou em área de produto e negócios aproveitando o conhecimento que já detinha em saneamento ambiental, infraestrutura, projetos de energia, habitação, urbanização de favelas, etc., agregando expertise para dar suporte às outras áreas de produtos.

A criação de 2 Superintendências Nacionais e 2 Gerências Nacionais no nível estratégico da empresa, tratando assuntos relacionados à Responsabilidade Social Empresarial e Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, foram aprovadas pelos Conselho Diretor e Conselho de Administração da CAIXA, demonstrando portanto, que esses temas são de fato importantes para a instituição, assim como expresso nos Valores e na Missão da Empresa.

4.2 Intervenções Realizadas no Âmbito Externo

Analogamente às ações internas, no âmbito externo foram selecionadas as ações consideradas mais relevantes e, como já era de se supor, essas iniciativas estão relacionadas à concessão de crédito e, atrelado ao crédito, os projetos relacionados a incentivar mudanças do setor da construção civil no sentido do desenvolvimento sustentável.

4.2.1 Concessão de Crédito e a Construção Civil

Conforme já discutido, é bastante significativa a atuação da CAIXA nos setores de crédito imobiliário e saneamento. O banco é detentor da liderança de mercado, sendo responsável por mais de 80% de todos os financiamentos imobiliários do país.

Por essa razão torna-se importante explicitar a dimensão desses números, de modo a favorecer a percepção dos impactos que qualquer ação relativa à sustentabilidade possa ter se aplicada no segmento da construção civil, uma vez que a CAIXA é responsável tanto pelo financiamento às construtoras para os novos empreendimentos, quanto aos usuários finais que procuram o banco para obter crédito para adquirir a casa própria.

Valores em Bilhões de R\$			
Ano	VI Financiamentos Habitacionais	VI Financiamentos em Infraestrutura	Qtde Unidades Habitacionais
2003	4,7	1,8	289.173
2004	6,2	2,5	339.803
2005	8,6	1,9	380.294
2006	14,1	4,5	610.026
2007	21,1	15,7	642.394
2008	24,3	9,2	1.360.358
2009	15,2	6,7	
Totais	94,2	42,3	3.622.048

Elaborada pela autora
Tabela III

Fonte: Balanços Sociais e Relatórios de Administração da CAIXA

A tabela III apresenta os volumes de financiamentos concedidos pela CAIXA, nos segmentos de habitação e de infraestrutura e a quantidade de unidades habitacionais cuja construção foi viabilizada a cada ano.

Podem-se observar valores de financiamento habitacional crescentes até 2008, com decréscimo em 2009. A partir de 2006 esses valores alcançam duas casas de bilhão. Os volumes para infraestrutura são um pouco inferiores, no entanto também bastante significativos.

Verifica-se que no período de 2003 a 2009 houve a liberação de R\$ 94,2 bilhões para habitação propiciando a construção de mais de 3,6 milhões de unidades habitacionais.

Os R\$ 42,3 bilhões de financiamento em infraestrutura movimentaram a indústria de construção civil com a construção de obras de saneamento, geração de energia, etc.

À luz desses volumes é possível compreender a força do papel que a CAIXA pode desempenhar frente ao mercado da construção civil, como indutora de melhores práticas em relação à sustentabilidade.

Embora se tenha buscado, ainda não é possível obter desses valores totais o percentual de obras que tenham algum tipo de solução favorável ao meio ambiente.

4.2.2 Selo Casa Azul CAIXA

O Selo Casa Azul CAIXA é o primeiro sistema de classificação da sustentabilidade de projetos habitacionais ofertado no Brasil e desenvolvido para a realidade da construção habitacional brasileira.

Projeto lançado em 2009, pretende incentivar empresas do segmento da construção civil a incorporem à produção de suas construções, elementos sustentáveis. Os critérios foram definidos pela equipe de arquitetos e engenheiros da CAIXA com apoio de consultoria técnica da USP, UNICAMP e UFSC. Ao todo são seis categorias e cinquenta e três critérios de avaliação para empreendimentos residenciais, relacionados a otimizar o uso de recursos naturais, como água e energia elétrica, além de englobar aspectos sociais. O atendimento a esses critérios define a gradação do selo que a construção receberá (ouro, prata ou bronze).

As seis categorias contempladas são: qualidade urbana, projeto e conforto, eficiência energética, gestão da água, conservação de recursos materiais e práticas sociais. Os critérios incluem instalação de aquecimento solar em empreendimentos de interesse social, sistemas de reaproveitamento de água, gestão de resíduos nas obras, uso de madeira de origem legal, entre outros.

Os estudos que embasaram o projeto Selo Casa Azul identificaram que os edifícios são responsáveis por cerca de 30% das emissões que causam o efeito estufa, consomem 45% de toda a energia gerada e 21% da água potável. Por essa razão o foco em racionalizar o uso desses recursos. Daí a relevância desta ação.

O projeto foi relacionado aqui como um dos mais importantes, embora ainda não tenha produzido resultados palpáveis, em função da complexidade de estruturá-lo e a expectativa de resultados a médio e longo prazo. A capacitação das equipes

internas envolvidas iniciou-se em 2008 e o Guia CAIXA Sustentabilidade Ambiental, material de orientação aos interessados em inscrever projetos, foi lançado em junho último.

Dessa forma apenas no segundo semestre deste ano se iniciou efetivamente o processo de inscrições para credenciamento. Construtoras de São Paulo, João Pessoa, Uberlândia, Florianópolis e Joinville já manifestaram interesse em obter o Selo e estão desenvolvendo os projetos.

O grande desafio desse projeto é vencer resistências à inovação, na medida em que altera o padrão construtivo consolidado no mercado nacional, o que pode, inicialmente, trazer custos adicionais para os empresários da construção civil.

4.2.3 Ação Madeira Legal

Representa, sem dúvida, a ação com maior repercussão externa, por criar reais condições de impedir o desmatamento. Resultante de parceria entre a CAIXA e o IBAMA, a ação está em vigor desde janeiro de 2009 e até junho daquele ano teve caráter educativo, assim, as construtoras que não comprovassem a origem legal da madeira apenas não receberiam financiamento. A partir de junho de 2009 além de serem recusadas, as empresas que não apresentem o documento da origem da madeira serão denunciadas pela CAIXA ao IBAMA.

A comprovação da madeira é feita por meio do Documento de Origem Florestal (DOF), desenvolvido pelo IBAMA, que monitora a madeira desde sua extração até o uso final. Dessa forma a ação Madeira Legal abrange toda a cadeia de custódia da madeira, desde a madeireira que vende à construtora ou a serraria que fornece para as lojas de material de construção.

O DOF é a licença obrigatória para transporte e o armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa e por meio dele é possível rastrear a madeira desde a sua origem passando por todos os envolvidos no transporte e beneficiamento até o seu destino.

A madeira é um dos principais insumos da construção civil, portanto, se a CAIXA, como principal agente financeiro do setor habitacional, não exigir o uso de madeira certificada estará contribuindo para o desmatamento. Ao adotar a lógica inversa, ou seja, coibir a ação no final do processo sinaliza para toda a cadeia produtiva que de nada adiantará insistir na ilegalidade, pois se o uso final estiver monitorado, os infratores não conseguiram comercializar a madeira ilegal.

Estudos anteriores à implantação do projeto demonstraram que aproximadamente 88% da madeira utilizada na construção civil eram provenientes de espécies da Amazônia extraídas ilegalmente.

4.2.4 Sistemas de Aquecimento Solar (SAS)

Comparações entre os sistemas de aquecimento solar (SAS) e elétrico concluíram que o aquecimento solar, além dos aspectos ambientais, é 30% mais econômico que o convencional. Essa é mais uma razão para que o sistema de aquecimento solar seja largamente difundido no Brasil, que tem excelentes condições climáticas para o uso dessa energia limpa.

Até 2006 haviam sido construídas com financiamento CAIXA cerca de 3000 unidades habitacionais com sistema de aquecimento solar em diversas regiões do país. A partir daquele ano, no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida para clientes com renda até 3 salários mínimos há subsídio governamental para a instalação de aquecimento solar, o que alavancou a disseminação dessa energia alternativa. Assim a meta da CAIXA é repassar o subsídio para 40.000 unidades, das quais até o momento já foram instalados mais de 25.000 SAS.

Além dos subsídios do governo federal, por meio do acordo de cooperação técnica assinado com o governo alemão, a CAIXA repassa recursos para a instalação de SAS empreendimentos selecionados, já tendo atendido aproximadamente 500 unidades habitacionais.

O número crescente de instalações de SAS se comparado aos quantitativos anteriores a 2006, a redução comprovada de custos mensais para os moradores e os benefícios ao meio ambiente trazidos pelo uso desse tipo de energia demonstram que o aquecimento solar tem excelentes perspectivas no Brasil.

4.2.5 Terrenos com Potencial de Contaminação

Essa ação consiste no desenvolvimento de metodologia pela CAIXA, em parceria com o governo alemão, para avaliação de terrenos com potencial de contaminação.

Essa metodologia é aplicada pelos engenheiros e arquitetos da CAIXA em vistorias de terrenos e foi transformada em publicação com o objetivo de disseminar desse conhecimento, de modo que o conjunto de procedimentos metodológicos para a verificação de suspeita de contaminação possam ser aplicados pelos responsáveis pela obra, evitando que projetos habitacionais sejam erguidos sobre terrenos perigosos.

A citada publicação é referência para empreendedores, construtores, projetistas, prefeituras municipais e outros parceiros da CAIXA nas ações voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável. Apesar de não haver números disponíveis sobre essa ação, o pioneirismo e a qualidade do trabalho desenvolvido e os problemas futuros evitados pelo uso dessa metodologia justificam sua seleção como de extrema importância.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Resgatando os objetivos de pesquisa verifica-se, após a análise dos Balanços Sociais e Relatórios de Sustentabilidade da CAIXA, que a empresa tem evoluído ano a ano na forma e no conteúdo de suas divulgações que demonstram as ações no âmbito da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Verificou-se que, de acordo com estudo do IBASE, somente em 2002 apareceu pela primeira vez o estabelecimento de metas para investimentos em meio ambiente, portanto, até aquele ano não era prática entre as empresas esse comprometimento. A CAIXA começou a declarar metas para esses investimentos a partir do balanço de 2004, portanto, acompanhando a tendência do mercado.

Em relação ao resultado dos Balanços Sociais e Relatórios de Sustentabilidade desde que a CAIXA passou a adotar também o modelo GRI, constatou-se que vem tendo pontuação crescente, ou seja, partiu de C, estágio menos envolvido, passou para C+ e no Relatório de 2009 obteve o nível B+, demonstrando o esforço do banco em evoluir.

No âmbito do marketing foi preocupação deste trabalho avaliar a consistência das ações divulgadas pela CAIXA. Observou-se que todas as iniciativas publicadas pela empresa efetivamente existem e estão em andamento, encontrando-se em diversos estágios de evolução. Dessa forma, não foi identificada prática do Marketing Verde indevidamente.

Com relação aos produtos e serviços disponibilizados pelo banco, verificou-se que têm aderência aos indicadores constantes nos acordos que assinou, especialmente o Protocolo Verde.

Paralelamente foi observada a necessidade de manter equipes com conhecimentos específicos para a prestação de serviços relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, a exemplo das equipes de criaram o Selo Casa Azul CAIXA. Nesse sentido foi constatada preocupação da empresa com especialização de seus colaboradores, havendo ações de treinamento, relacionadas

ao tema, em andamento. É exemplo a capacitação de engenheiros e arquitetos em eficiência energética e uso racional da energia nas edificações. Essa expertise permitem ao banco publicar diversos manuais que ensinam boas práticas.

Na análise dos Balanços foram identificadas iniciativas da CAIXA no sentido de construir novas agências e prédios administrativos com sistema de reaproveitamento de água, uso de energia solar, etc. Essas atitudes são representativas e funcionam como exemplo para o mercado da construção, que passa a mudar sua forma de produção, uma vez que para atender aos editais da CAIXA é preciso que domine tais técnicas.

A política de crédito sustentável, que analisa riscos ambientais associados aos projetos empresariais antes de conceder o crédito, é fator chave para a mudança cultural necessária na sociedade, induzindo os parceiros de negócio a adotarem meios sustentáveis na produção. Nesse sentido é um exemplo a inserção de cláusula contratual pela CAIXA para que empreendedores arborizem os empreendimentos financiados.

A questão da força do momento da concessão de crédito para induzir parceiros a adotar práticas que respeitem o meio ambiente ficou evidente frente aos volumes de crédito movimentados pela empresa, que teve picos nos anos de 2007 e 2008, apresentando volumes da ordem de R\$ 21,1 e R\$ 24,3 bilhões. Portanto, é conclusão que se trata da principal atividade por meio da qual a CAIXA pode exercer influência ambiental.

Com as informações do Relatório de Sustentabilidade de 2008 fica evidenciada a evolução no processo de avaliação, na medida em que as exigências relativas a licenciamentos ambientais, anteriormente restritas a alguns produtos, passaram a ser necessárias para todas as operações de crédito com pessoas jurídicas potencialmente poluidoras.

Não há informações disponíveis que possibilitassem identificar as causas das reduções nos investimentos internos e externos, conforme apresentados nas tabelas

IBASE nos anos de 2008 e 2009, e tampouco acerca de não haver metas para esses anos, após processo de crescimento contínuo a partir de 2004. Inexistem grandes variações na receita líquida e no resultado operacional, indicadores sobre os quais são calculados os percentuais desses investimentos. Uma vez que, aparentemente, nenhuma ação foi descontinuada acredita-se que a redução seja prerrogativa de gestão financeira. Nesse sentido recomenda-se investigação em próximos estudos, verificando se essa involução prejudicou algum projeto.

Com relação às principais ações internas concluiu-se que o PROGED, responsável pela redução de despesas da ordem de R\$ 3,6 bilhões no período de 2003 a 2009 é efetivamente uma iniciativa de sucesso que influenciou hábitos dos empregados e fornecedores.

A Agenda CAIXA para a Sustentabilidade, apesar de ser uma ação classificada neste trabalho como interna, tem alcance maior que os limites da empresa. Isso ocorre na medida em que, ao incentivar as equipes a repensarem seus processos e identificarem estágios de evolução e possibilidades de melhoria envolvem os clientes e a região na qual a unidade está inserida. Dessa forma o projeto incentiva o envolvimento dos empregados CAIXA com as comunidades em que estão inseridos, favorecendo a troca de experiências externamente à empresa e as atividades voluntárias.

Em que pese a meta para essa ação ter sido superada, ainda não se encontra em estágio propício a avaliação qualitativa. Desse modo recomenda-se que, futuramente, haja nova avaliação sobre as mudanças implementadas a partir dessa interação entre empregados e comunidades.

O Selo Azul CAIXA, por ser o primeiro sistema de classificação da sustentabilidade de projetos habitacionais ofertado no Brasil e desenvolvido para a realidade da construção habitacional brasileira guardou elevado nível de complexidade durante sua elaboração. O ineditismo da iniciativa e a mudança cultural que pretende provocar sinalizam para uma maturação lenta, ou seja, para que se tenha uma avaliação correta serão necessárias algumas rodadas de premiação. É incontestável a aplicabilidade do projeto para que se tenham avanços na

construção civil, no sentido de buscar soluções mais amigáveis para com o meio ambiente, mesmo que, inicialmente as mudanças representem custos um pouco mais altos, até que existam ganhos de escala.

A ação Madeira legal foi avaliada como a mais importante em termos de resultados práticos perceptíveis até o momento. Se observados os volumes contratados desde janeiro de 2009, data em que passou a ser obrigatória a comprovação da origem da madeira que seria usada nos empreendimentos em avaliação, é possível supor que em mais de 1 milhão de unidades habitacionais foi possível evitar o uso de madeira ilegal. Aplicando os dados do estudo citado neste trabalho, informando que 88% da madeira utilizada na construção civil eram extraídas clandestinamente da Amazônia, pode-se projetar o volume de árvores que passam a ser preservadas. Tal ação, além de coibir a prática ilegal, incentiva o mercado de empresas que trabalhem com madeira certificada.

Em se tratando de incentivar o uso de Sistemas de Aquecimento Solar (SAS) este trabalho permitiu concluir que, com os subsídios aplicados pelo governo para famílias na faixa de 0 a 3 salários mínimos para aquisição e instalação de SAS, o mercado será impulsionado. Atualmente os custos ainda são altos girando em torno de R\$ 1800,00 para casas e de R\$ 2500 para apartamentos. Portanto, com essa ação o governo federal e CAIXA estão auxiliando o mercado no processo de ganho de escala.

Merece destaque a atuação da CAIXA em relação ao projeto Terrenos com Potencial de Contaminação. De importância incontestável o trabalho técnico evita custos indevidos e a implantação de empreendimentos que venham colocar em risco a saúde e a qualidade de vida de seus habitantes e vizinhos. Ação diferenciada das atividades normais dos bancos mostra a vocação da CAIXA para ações de fomento.

Com relação aos limitadores deste trabalho constatou-se que, apesar de observada significativa melhoria nos Relatórios em termos de qualidade de apresentação, aumento do volume de ações e abrangência de temas tratados ao longo do tempo, houve dificuldades relacionadas a: inexistência de dados contínuos

acerca da evolução de ações/projetos; falta de dados apartados dos volumes contratações com e sem iniciativas sustentáveis.

A dificuldade em verificar continuidade, é consequência de cada Relatório normalmente focar o ano de referência (prestação de contas) e normalmente não apresentar as metas para o ano seguinte, deixando a comparabilidade comprometida.

Recomenda-se estender este trabalho no futuro, com o objetivo de aplicar as discussões, buscando realizar comparativo entre as ações da CAIXA e de outros bancos, públicos e privados.

Finalmente, constata-se claramente o engajamento da CAIXA nos projetos que envolvem questões ambientais pelo visível patrocínio que a alta administração confere ao tema, comprovado pela criação de 2 Superintendências Nacionais – instância mais alta no organograma da empresa, imediatamente abaixo das Vice-Presidências – para dedicação tanto aos aspectos técnicos ambientais quanto aos de conscientização do corpo funcional.

Respondendo à pergunta fundamental deste trabalho, relativa a ter ou não a CAIXA papel relevante na mudança de postura de seu corpo funcional e do segmento da construção civil com relação ao meio ambiente e à sustentabilidade, conclui-se que há atuação efetiva da empresa e que essa postura, traduzida no grande número de projetos que conduz interna e externamente, já resultou em redução de desperdícios em seus processos internos de produção e surtirá ainda mais efeitos a médio e longo prazo com a maturidade de diversos projetos aqui detalhados que mudam efetivamente a postura das empresas e comunidades em relação ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **O Bom Negócio da Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

AZEVEDO, Ana Luisa Vieira. **Indicadores de Sustentabilidade Empresarial no Brasil: uma Avaliação do Relatório do CEBDS**. Rio de Janeiro: Revista Iberoamericana de Economia Ecológica. Vol. 5, 2006.

Balanco Social, Dez Anos: O Desafio da Transparência. IBASE - Publicado em 29/08/2008. Disponível em <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em 20/06/2010.

BERTUCCI, Solange. e outros. **Relatório Final Seminário Temático: Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Estudo de Caso: Caixa Econômica Federal**. Brasília: UNB, FACE. Mineografado: 2009

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Balanco Social 2003**. Brasília, 2004.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Balanco Social 2004**. Brasília, 2005.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Balanco Social 2005**. Brasília, 2006.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Balanco Social 2006**. Brasília, 2007.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Balanco Social 2007**. Brasília, 2008.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Relatório de Sustentabilidade 2008**. Brasília, 2009.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Relatório de Sustentabilidade 2009**. Brasília, 2010.

CAPPELLIN, Paola; GIULIANI, Gian Mario. **Os Herdeiros: Estudo de Caso das Empresas de Porte Médio da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro**. In:

KIRSCHNER, Ana Maria; GOMES, Eduardo R. **Empresa, Empresários e Sociedade**. Rio de Janeiro: Sette Letras. p. 278 – 300.

COSTA FILHO, Adalberto Vieira. **Um Estudo dos Balanços Sociais dos Bancos no Brasil**. Brasília: UNB. Disponível em http://uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/Um%20Estudo%20dos%20Balan%C3%A7os%20Sociais%20dos%20Bancos%20no%20Brasil.pdf. Acesso em 20/06/2010.

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos.
www.febraban.com.br . Acessado em 09/11/2010.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI
www.globalreporting.org . Acessado em 02/09/2010

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. São Paulo. Revista de Administração de Empresas. Vol. 35, n. 3, a. 20 – 29, 1995.

MATIAS-PEREIRA, JOSÉ. **Metodologia Científica: Manual de Pesquisa Científica**. Brasília. UNB. FACE, 2006.

MELO NETO, Francisco Paulo; FROES, César. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades**. São Paulo. Cadernos de Pesquisa em Administração. Vol 1, n. 3. 1996.

RIBEIRO, Maisa S.; ESTROZI, Luciana; ARAUJO, Edmilson M. **Contrapartidas Ambientais Exigidas para a Concessão do Crédito**. São Paulo: USP, 2004

ROCHA, Ismael. **O Encontro do Social com o Comercial**. In: Congresso Nacional sobre Investimento Privado, 2000, Vitória. Anais. São Paulo: Gife, 2000.

TACHIZAWA, Takeshy; POZO, Hamilton. **Responsabilidade Socioambiental no Contexto Brasileiro: Um Indicador para Avaliar a Responsabilidade Social e Ambiental nas Empresas**. IX Engena. Curitiba: 2007.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Social Pública das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TORRES, Ciro. Responsabilidade Social das Empresas (RSE) no Brasil. In: SILVA, César Augusto T; FREIRE, Fátima de Souza. (Org.). **Balanço Social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TORRES, Ciro. **Um pouco da historia do Balanço Social**. <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em 26/06/2010

VARELA, Carmen Augusta. **Instrumentos de Políticas Ambientais, Casos de Aplicação e seus Impactos para as Empresas e a Sociedade**. Revista Ciência e Administração. Fortaleza: 2008.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO BÁSICO

1) a inserção das atividades relacionadas à Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na estrutura organizacional da CAIXA; **2)** os compromissos assumidos, por meio de pactos e acordos nacionais e internacionais e as diretrizes da empresa para o efetivo cumprimento desses compromissos; **3)** os projetos vinculados ao tema e seu nível de maturidade; **4)** como é feito o acompanhamento e controle da efetividade dessas ações; **5)** quais os maiores desafios enfrentados para a adoção das melhores práticas ambientais.

ROTEIRO

Apresentações de ambas as partes;

Agradecimento pela recepção;

Breve explanação sobre os objetivos da pesquisa;

Início das perguntas:

1) Estrutura da empresa

- a. Como estão localizadas as áreas responsáveis pela Gestão Ambiental e Sustentabilidade no organograma da empresa?
- b. Qual o papel de cada área nesse organograma?
- c. Existe planejamento das ações a implantar? Qual o horizonte de tempo desse planejamento?
- d. São destinados recursos suficientes para o desenvolvimento das ações planejadas?

2) Compromissos assumidos

- a. Quais os principais pactos e acordos assinados pela CAIXA relacionados ao tema?
- b. Desses quais estão em estágio de maturação mais avançado?
- c. Há respaldo da alta administração para a estruturação de projetos e ações vinculados a esses acordos?
- d. Especificamente quanto ao A3P, como está a participação da CAIXA?
- e. Existe interação com outras instituições do setor financeiro (concorrentes) com o objetivo de trocar experiências sobre melhores práticas? Dê exemplos.

3) Principais Projetos vinculados ao tema e estágio de evolução

- a. É possível vincular os projetos que pesquisamos aos acordos assinados?
- b. Quais desses projetos / ações são considerados os mais representativos do compromisso da CAIXA com o meio-ambiente? É possível selecionarmos alguns com visibilidade externa e interna para aprofundarmos a pesquisa?
- c. É possível descrever os objetivos e escopos desses projetos selecionados?
- d. Nos projetos mais evoluídos é possível citar resultados palpáveis?

4) Controle e acompanhamento dos projetos

- a. Há indicadores de desempenho dos projetos? Dê exemplos.
- b. Há métricas para avaliação de redução de consumo de recursos naturais?
- c. Existem metas para as ações internas e essas estão relacionadas com ações de incentivo ou premiação de empregados e unidades?
- d. Como é o relacionamento entre CAIXA e ONG Moradia e Cidadania quanto ao acompanhamento dos projetos? Há responsabilidades bem definidas?

5) Maiores Desafios

- a. Quais são os maiores desafios para a adoção de práticas sustentáveis?
- b. Como se realiza a comunicação interna sobre o tema?
- c. Há estratégias de conscientização e motivação do corpo funcional para o tema?
- d. Como respeitar as diferenças regionais na seleção e implantação de projetos?